

O vereador que firma o presente vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal e com base no Regimento Interno desta Casa, apresentar o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº:____/2025

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO COM O NOME DE "AVENIDA SAMUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA", NO BAIRRO PARQUE DAS GAIVOTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica denominado de **"AVENIDA SAMUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA "** o logradouro público localizado no BAIRRO PARQUE DAS GAIVOTAS, localizado na área urbana delimitada pelo perímetro urbano estabelecido pela Lei Municipal nº 4.514, de 06 de maio de 2016.:

DENOMINAÇÃO		COORDENADAS			
TIPO	LOGRADOURO	X INICIAL	Y INICIAL	X FINAL	Y FINAL
Av.	AVENIDA SAMUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA	-20,0398966	-40,1940269	-20,0392424	-40,2036504

Parágrafo Único. As coordenadas geográficas indicam o início e o fim do logradouro, independente do limite do bairro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Antonio Carlos CeA

VEREADOR REPUBLICANOS











@antonio_carlos_cea

JUSTIFICATIVA

A proposição tem por finalidade conferir a denominação oficial de **"AVENIDA SAMUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA "** ao logradouro público situado no Bairro Parque das Gaivotas, delimitado pelas coordenadas geográficas indicadas no projeto, conforme o perímetro urbano estabelecido pela Lei Municipal nº 4.514, de 06 de maio de 2016.

A iniciativa visa atender ao interesse público de identificar adequadamente os logradouros do município, facilitando a localização geográfica e promovendo maior organização urbana, além de atender às necessidades de serviços postais, de emergência e de registros públicos.

A escolha do nome **SAMUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA** busca homenagear um cidadão cuja memória é reconhecida pela comunidade local, sendo ele Pastor da comunidade por 23 anos onde o mesmo foi o fundador da Assembleia de Deus Alfa e Omega, trabalhou no resgate e apoio a moradores em situação de rua, sendo este um ato de reconhecimento simbólico à sua trajetória de vida e aos valores que representou.

Por fim, a proposição observa os limites da competência legislativa municipal, conforme preceitua a Lei Orgânica do Município, não gerando qualquer impacto orçamentário ou administrativo ao Poder Executivo.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Serra, 27 de novembro de 2025.









